

Justiça condena Bradesco a pagar como hora extra os 15 minutos de descanso da bancária

O juiz Henrique Macedo Hinz, da 9ª Vara do Trabalho de Campinas, condenou recentemente o Bradesco a pagar como horas extras os 15 minutos de refeição e descanso não concedidos às bancárias que prorrogaram a jornada de trabalho.

Segundo trecho da sentença do juiz "...tais horas extras deverão ser acrescidas com o adicional previsto nas normas coletivas juntadas aos autos, observados os períodos de vigência das mesmas, sendo que na ausência de normas relativas a qualquer período, será devido o adicional legal de 50% (CF, artigo 7º, XVI), conforme entendimento já cristalizado na Súmula nº 264 do C.



Júlio César Costa

Lançamento da Campanha de Valorização dos Funcionários, em abril último

TST". O juiz Henrique Macedo Hinz estabeleceu multa de R\$ 1.000,00, por bancária e por ocorrência. A vitoriosa ação do Sindi-

cato foi ingressada no ano passado. Em audiência de conciliação, realizada no dia 6 de dezembro último na citada 9ª Vara, o representante do Bradesco, Humberto Cazzari, disse apenas: "Nenhum trabalhador trabalha em sobrejornada", conforme matéria publicada na edição 1322 deste jornal.

A ação do Sindicato visou obrigar o Bradesco a cumprir o artigo 384 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), denominado "Da Proteção do Trabalho da Mulher", que diz: "Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos, antes do início do período extraordinário de trabalho".

MOBILIZAÇÃO

1º de Maio classista, sem patrões e sem governos



Organizado por várias centrais sindicais - entre elas, a CUT - e partidos políticos, o Dia do Trabalhador, 1º de Maio, foi marcado em Campinas com passeata pelo centro da cidade e ato no Largo da Catedral. Sob o slogan "1º de Maio de luta, classista, sem patrões e sem governos", mais de 300 trabalhadores caminharam do Largo do Pará, passando pela Rua Barão de Jaguara e Avenida Francisco Glicé-

rio, em direção ao citado Largo. Durante o ato, que teve início às 10h e se estendeu até às 13h, discursos de dirigentes sindicais e representantes de partidos políticos, show com a cantora Marília Correa e apresentação do Grupo Cultural Savuru. O presidente do Sindicato, Jeferson Boava, destacou a luta da categoria por mais segurança e a convocação de uma conferência nacional sobre o sistema financeiro, onde a socie-



Júlio César Costa

dade possa debater o papel dos bancos, a política de crédito e a universalização dos serviços bancários. Entre as bandeiras de luta, defesa de mais emprego, reforma agrária e do sistema público de saúde, educação e previdência; combate à precarização do trabalho, à terceirização (veja matéria do seminário sobre o tema), à privatização (aerportos, saúde e Correios) e às condições análogas à escravidão,

PLR: IRPF - O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse durante o 1º de Maio em São Paulo, que o governo concorda em discutir com as centrais sindicais a isenção de parte do IRPF sobre a PLR. Em reunião no dia 21 de março deste ano com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, as centrais reivindicaram a isenção total de imposto de renda sobre a PLR.

Dia em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho



Roberto Mercury

Ato no Largo da Catedral

O Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, 28 de abril, foi comemorado com ato no Largo da Catedral, em Campinas. Durante a manifestação, organizada pela subseção da CUT, dirigentes sindicais distribuíram folheto alusivo ao Dia. A categoria bancária é uma das mais atingidas pelas novas formas de gestão do trabalho, pela chamada reestruturação produtiva – introdução de novas tecnologias e terceirização, com a intensificação do trabalho: ritmo alucinante, inúmeras tarefas e responsabilidade.

Dados:

- Em 2010 foram registrados pela Previdência Social (INSS) 701.496 acidentes do trabalho.
- Acidentes de trajeto- 2009: 90.180;

2010: 94.789.

■ Mortes no trabalho – 2009: 2.560; 2010: 2.712.

■ Os transtornos mentais e comportamentais ganham relevância nas estatísticas da Previdência Social com a introdução do Nexo Técnico Epidemiológico. Em 2006, apenas 612 casos foram registrados como acidente do trabalho. Em 2008, 12.812 registros; em 2009, 13.478; em 2010, 12.150; em 2011, 12.337 ocorrências.

■ Em 2010, o INSS concedeu 18.106 benefícios de espécie “auxílio-acidente”, que é concedido ao trabalhador quando fica com sequelas permanentes e comprometimento de sua capacidade laboral.

■ Somente em janeiro de 2012, o INSS concedeu 1.676 “auxílios-acidente” para trabalhadores.

Errata

Na matéria intitulada “Diretores do Sindicato tomam posse na Federação dos Bancários”, publicada na edição anterior deste jornal, onde se lê: “...os diretores Cristiano Meibach, Gustavo Frias e Maria Aparecida (Cida) tomaram posse como dirigentes da Federação dos Bancários de SP e MS...”; leia-se “...os diretores Cristiano Meibach, Gustavo Frias, Afonso Lopes da Silva e Maria Aparecida (Cida) tomaram posse como dirigentes da Federação dos Bancários de SP e MS...”.

SISTEMA FINANCEIRO

Redução de juros, com respeito à jornada e contratação

A sustentação do crescimento econômico do Brasil passa necessariamente, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), pela expansão do crédito ao consumo e à produção, mas a principal barreira são as altas taxas de juros e os spreads. O alto custo do crédito no Brasil mostra o Dieese, deve-se principalmente à ausência de competição e à oligopolização do sistema financeiro nacional, em que os seis maiores bancos (BB, Itaú, Bradesco, Caixa Federal, Santander e HSBC) concentram mais de 80% dos ativos totais e das operações de crédito.

Com os bancos públicos na linha de frente, o governo federal lançou em abril último uma verdadeira cruzada visando reduzir as taxas de juros. A iniciativa sempre foi reivindicada, até porque o Brasil possui o segundo maior spread bancário (diferença entre a taxa de captação e de empréstimo) do mundo, “perdendo” apenas para a ilha de Madagascar. Os bancários sempre defenderam a redução dos juros. É preciso salientar, no entanto, que nessa “guerra” a categoria bancária não pode ser sacrificada. Serviço de qualidade implica em condições dignas de trabalho, sem metas abusivas que geram assédio mo-

ral. O respeito à jornada é fundamental; deve ser corretamente registrada e paga. Se o sistema financeiro quer alavancar ainda mais seus serviços/vendas, com atendimento de qualidade, deve ampliar o horário, com a criação de dois turnos de trabalho, e abrir novos postos de trabalho, novas contratações.

Se no seu local de trabalho, o abuso, o desrespeito está presente, em nome da campanha pelos juros baixos, denuncie ao Sindicato. Ao Banco Central, ao ministério da Fazenda, ao governo federal, cabe definir as regras do jogo; ao Sindicato, cabe defender os interesses da categoria.

TERCEIRIZAÇÃO

Seminário na Unicamp aponta mobilização contra PL 4330

O seminário “A Terceirização e seus Impactos sobre o Mundo do Trabalho: Dilemas, Estratégias e Perspectivas”, realizado pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, nos dias 12 e 13 de abril último na Unicamp, propôs mobilização contra o processo de precarização das relações de trabalho previsto no Projeto de Lei (PL) 4330. De autoria do deputado Federal Sandro Mabel (PMDB-GO), com substitutivo elaborado pelo deputado federal Roberto Santiago (PSD-SP), o PL 4330 que está prestes de ser votado na CCJ da Câmara dos Deputados estabelece a maior reforma trabalhista precarizadora do país. Segundo os debatedo-

res, se o PL 4330 for aprovado, dentro de alguns anos o país terá 30 milhões de trabalhadores terceirizados; hoje somam 12 milhões.

Regulamentação decente

A CUT vai lançar uma ampla campanha nacional com o objetivo de informar e mobilizar a sociedade sobre os riscos que a classe trabalhadora e, conseqüentemente, toda a sociedade correm caso a terceirização de serviços e de mão de obra não tenha uma regulamentação decente. Essa regulamentação deve ser pautada na isonomia de direitos, salários e de tratamento, que garanta a responsabilidade solidária entre tomadores de serviços e prestadores, que prof-

ba terminantemente a terceirização das atividades fins das empresas, além de que haja direito à informação prévia no caso de terceirização. Quanto ao setor público, a CUT avalia que devem ser revistas as regulações que tratam das licitações (Lei 8.666 - definição de “melhores condições”) e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que dificulta a responsabilização do ente público quando terceirizado. Para o presidente da CUT, Artur Henrique, o movimento sindical precisa ter capacidade de ir para as ruas e propor greve contra o PL 4330. “Os direitos da classe trabalhadora que constam na CLT têm que ser mantidos. Isso é prioridade do movimento sindical”.

Fonte: Contraf

Sindicato dos Bancários CUT
Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRÓ GIMENEZ (MTB 13.683)

DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA ALTINO

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO. FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

Mogi Guaçu: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

Sindicatos cobram indicador da PCR

Os sindicatos se reuniram com o diretor de relações sindicais do Itaú, Marcelo Orticelli, e o superintendente de relações sindicais, Marco Aurélio, no último dia 23, para debater a PCR (Participação Complementar nos Resultados) e o ponto eletrônico. Os diretores do Sindicato, Mauri e Samuel participaram da rodada de negociação

PCR

O Itaú apresentou uma proposta de PCR que não contempla as reivindicações dos sindicatos. “Queremos discutir e definir um indicador que sirva de base para o pa-

gamento da PCR, assim como os valores a serem pagos aos funcionários, que devem refletir o lucro da instituição” destaca o diretor do Sindicato, Mauri.

Com a abertura do debate da PCR, os sindicatos cobraram negociação sobre os programas próprios, notadamente o AGIR e o Prad. Desvincular o auxílio educação do acordo da PCR foi outro ponto debatido.

Ponto eletrônico

Durante a reunião os representantes do Itaú apresentaram proposta de acordo coletivo e o fun-

cionamento do ponto eletrônico. Vários itens foram levantados pelos sindicatos; dentre eles, o fato de que o funcionário tem que ter um espelho no qual apareçam as anotações de entrada e saída, feitas somente pelos próprios funcionários. Essas informações têm que estar acessíveis a qualquer tempo para os funcionários. Além disso, o acesso ao ponto tem que se dar apenas em unidades do banco, ou seja, a marcação não pode ser feita por meio de notebooks, por exemplo. Mais informações em www.bancarios-campinas.org.br.

SEGURANÇA

PF multa bancos em R\$ 808,9 mil por falhas

A Polícia Federal multou seis bancos em R\$ 808,9 mil por descumprimento da lei federal nº 7.102/83 e normas de segurança, durante o julgamento de 89 processos abertos pelas delegacias estaduais de segurança privada (Delesp) na 93ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), em Brasília, no último dia 18. Entre as principais falhas de segurança dos bancos destacaram-se o número insuficiente de vigilantes, alarmes inoperantes, planos de segurança não renovados e utilização de bancários para fazer transporte de valores, dentre outras.

O Bradesco foi o campeão das multas com R\$ 318,1 mil, seguido pelo Itaú Unibanco com R\$ 160,5 mil, Santander com R\$ 156,4 mil e Banco do Brasil com R\$ 120,6 mil. Mercantil do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) também foram punidos. Segundo o diretor do Sindicato, Danilo

Anderson, que representou a Federação dos Bancários de SP e MS, a Comissão aplicou penalidades contra empresas de segurança, transporte de valores e cursos de formação de vigilantes.

Os números dos balanços, segundo o Dieese, também comprovam o desleixo com a segurança. Os cinco maiores bancos do país lucraram mais de R\$ 50,7 bilhões em 2011. Já as despesas com segurança e vigilância somaram R\$ 2,6 bilhões, o que representa uma média de 5,2% do lucro

Transporte ilegal de valores

A utilização de bancários para o transporte de numerário foi uma das principais ilegalidades punidas pela Polícia Federal. O Bradesco foi novamente condenado por essa prática ilegal. Uma mesma agência do banco em Rio Branco, a capital do Acre, foi multada em nove processos, totalizando R\$ 127,6 mil.

O chefe da Divisão de Controle e Fiscalização de Segurança Privada, delegado Henrique Silveira Rosa, orientou os sindicatos a fazer denúncias por escrito para a Delesp mais próxima sobre transporte ilegal de valores e outros procedimentos que infringem a lei federal nº 7.102/83 e as portarias da Polícia Federal.

Retirada de portas giratórias

Ao final da reunião, a Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) entregaram uma carta ao coordenador da CCASP, “manifestando a grande preocupação dos bancários e vigilantes de todo Brasil, diante da política adotada por alguns bancos de retirada das portas giratórias de segurança com detectores de metais em seus estabelecimentos. Um deles é o Itaú, que vem fazendo reformas em sua rede de agências, priorizando a estética das unidades e descuidando da segurança”.

Fonte: Contraf-CUT

ECONOMUS

Sindicato apoia Itamar Mortágua, Silvio e Hungaro a conselheiros

Os participantes do Economus elegem entre os dias 4 e 14 deste mês de maio dois integrantes do Conselho Deliberativo e um integrante do Conselho Fiscal.

A diretoria do Sindicato apoia os seguintes

candidatos: Itamar Mortágua (D7) e Silvio Rodrigues (D9) para o Deliberativo e José Hungaro (F2) para o Fiscal. A votação será eletrônica; os participantes receberão senha individual para votação.

Tire suas dúvidas

Contrato de experiência e gravidez

Pergunta: Sou bancária estou em contrato de experiência, e recentemente descobri que estou grávida, gostaria de saber se terei direito a permanecer no Banco?

Resposta: Primeiramente faz-se necessário lembrar que a previsão da estabilidade de empregado provisória das gestantes esta garantida pelo Artigo 10º inciso II alínea “b” dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – Constituição Federal, a qual prevê: “fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto”.

No caso em tela o contrato é por prazo determinado (contrato de experiência) e, nesse sentido, a muito o entendimento jurisprudencial se sedimentou na Súmula 244, III do TST a qual estabelece “Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa”, ou seja, o entendimento pautase pela ausência de garantia de emprego pelas partes terem ciência da data do término do contrato.

Não obstante o entendimento acima apontado recentemente alguns julgados vêm se posicionando a favor da estabilidade provisória a gestante independentemente da forma de contrato, fundamentando tal entendimento nas garantias de segurança e dignidade não apenas da gestante como a do nascituro. Importante ressaltar que futuramente a Súmula pode vir a ser revista em decorrência destes novos entendimentos.

Assim, em que pese o previsto na Súmula 244 do TST, que hoje ainda está em vigor, considerando os novos julgados sobre a matéria, a situação é discutível, apesar de incerta interpretação do judiciário.

De qualquer forma a melhor atitude nestes casos é procurar pelo atendimento jurídico junto ao Sindicato para análise de possível ingresso de reclamação trabalhista.

Crivelli Advogados Associados

CAIXA FEDERAL

Sindicato apoia Chapa 1 na Funcef

Os associados da Funcef elegem entre os dias 7 e 11 deste mês de maio os seus representantes nos conselhos Deliberativo e Fiscal. O Sindicato apoia a Chapa 1 – Movimento pela Funcef.



Candidato a Diretor de Seguridade da Previ pela Chapa 6 visita Campinas

Marcel Barros, candidato a Diretor de Seguridade pela Chapa 6 – Unidade na Previ, visitou agências do Banco do Brasil em Campinas no último dia 30. A diretora do Sindicato, Deborah Negrão de Campos, candidata ao Conselho Consultivo Previ Futuro, e o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, acompanharam Marcel, que apresentou as propostas da Chapa 6.

Entre os dias 18 e 29 deste mês de maio, os participantes da Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB) elegem o Diretor de Seguridade e os conselhos Deliberativo, Fiscal, Consultivo Plano de Benefícios 1 e Consultivo Previ Futuro. O Sindicato apoia a Chapa 6 –



Marcel Barros, Deborah e Jeferson debatem propostas da Chapa 6

Unidade na Previ. Além de defender mais poder aos participantes e maior integração, a Chapa 6 propõe:

para o Plano 1 – aumento do teto de benefícios para 100% da remuneração; redução do valor da Parcela

Previ; criação de novo benefício baseado na PLR, que inclua contribuição do Banco, dentre outros pontos. Para o Previ Futuro - Criação de novo benefício baseado na PLR, que inclua contribuição do banco; ampliação dos empréstimos simples e financiamentos imobiliários; inclusão dos funcionários dos bancos incorporados no Previ Futuro; dentre outros pontos.



ITAÚ

Procon autua agência Shopping Prado por falta de banheiro

O Procon Campinas autuou recentemente a agência Shopping Prado do Itaú, após constatar a inexistência de sanitários para “uso dos consumidores, clientes e usuários”, conforme estabelece a lei municipal nº 12.615, de 4 de setembro de 2006. O Procon lavrou o auto de infração nº 109/2012 depois que o Sindicato apresentou denúncia. O Itaú, no entanto, ainda não deu nenhuma resposta ao Sin-

dicato que, em ofício datado de 29 de fevereiro último, cobrou o respeito à lei. Como disse o diretor do Sindicato, Vander da Cunha Claro, em matéria publicada na edição 1332 deste jornal “Hoje os funcionários tem que se deslocarem até o shopping, cerca de 300 metros. A agência é parte do prédio, um anexo do citado Shopping Prado. O que configura um desrespeito. Sem falar na insegurança”.

CONVÊNIO

Ômega Academia

Desconto de 10% para sindicalizado.

Rua Rio Grande do Sul, 91, São Bernardo, Campinas.

Fone:

(19) 3324-8684

www.omegaacademia.com.br

Classibancários

Apto na Vila Industrial

Vendo, 3 dormitórios, 7º andar, vários armários, próximo ao Centro de Campinas. Valor: R\$ 235.000,00. Aceito financiamento. Tratar com Irani. Fone: (19) 9144-0379.

Apto no Nova Europa

Vendo, 3 dormitórios, 1 suíte, sala dois ambientes, com sacada, 2 banheiros, cozinha americana, piso frio, com kit acabamento no valor de R\$ 9 mil, uma vaga, excelente localização, lazer completo, próximo ao supermercado e shopping. Valor: R\$ 212.000,00. Tratar com Leila. Fone: (19) 8126-6256.



FARMÁCIA DO SINDICATO

Serviço de Entrega em Campinas

Taxa: R\$ 3,00. Ligue 3731-2688

Tudo em 2 vezes, sem juros: cheque 30/60 dias
Cartões Visa e Mastercard em 3 vezes

Confira nossos preços. Desconto de até 35%

Remédio	Farmácia do Sindicato	Preço médio/mercado
Cebion 1G 10 cpds EFV	R\$ 8,89	R\$ 11,85
Resfenol 20 cpds	R\$ 20,63	R\$ 31,74
Decongex Plus 12 cpds	R\$ 12,45	R\$ 16,60
Ambroxol xpe ad. medl.	R\$ 10,40	R\$ 16,00
Ginko Biloba 80 mg mu	R\$ 21,01	R\$ 32,33
Neosaldina 20 drgs	R\$ 11,66	R\$ 15,55